

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.935 - SP
(2019/0278721-2)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : TRANSPORTADORA IRMAOS SHINOZAKI EIRELI
AGRAVANTE : TAKASHI SHINOZAKI
AGRAVANTE : MARIA NOBORO SHINOZAKI
ADVOGADOS : FÁBIO JORGE CAVALHEIRO - SP199273
JOSÉ NORIVAL PEREIRA JÚNIOR - SP202627
FABIO PEREIRA GRASSI - SP174643
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134
ANDRÉA GIOVANA PIOTTO - SP183530
DANIEL DE SOUZA - SP150587
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060
MÁRCIO CASTRO KAIK SIQUEIRA E OUTRO(S) - SP200874
DENISE LEONARDI DOS REIS - SP266766
LARISSA CRISTINA FERREIRA MESSIAS - SP289357
JOSE GUILHERME SILVEIRA PASCHOAL - SP280305
VIVIAN NICODEMOS AUGUSTO - SP259511
LUCIANA SCARMATO JORGE - SP182002
KLEBER FARIA SECATTO - SP279711
CLICIA DO NASCIMENTO VECCHINI - SP304688

DECISÃO

Em virtude das razões expostas na petição de fls. 559/569, reconsidero a decisão (e-STJ, fls. 555/556) proferida pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça, que negou seguimento ao agravo interposto por TRANSPORTADORA IRMÃOS SHINOZAKI EIRELI e OUTROS ante a ausência de impugnação específica, razão pela qual passo a examinar o recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AÇÃO MONITÓRIA. Contrato de abertura de crédito em conta corrente 1. Juntada do original, em razão da possibilidade de circulação do título. Descabimento. Documento digitalizado que tem força probante equivalente à do original. Inteligência do art. 425, VI, do CPC. Ademais, sua autenticidade não foi questionada. 2. Não houve cerceamento de defesa. Os elementos dos autos eram suficientes para esclarecimento das questões postas. 3. Imprestável a alegação genérica de encadeamento de contratos, sem a mínima demonstração das repercussões prejudiciais. 4. Dívida devidamente demonstrada pelo credor, com planilha de cálculo indicando valores, critérios de atualização e encargos. 5. Juros conforme as taxas de

mercado. Abusividade inexistente. 6. Capitalização. Inocorrência, pois há sucessivas amortizações mensais, portanto não ocorrendo incidência de novos juros sobre aqueles anteriores. 7. Comissão de permanência. Legalidade. Cumulação com outros encargos moratórios. Não ocorrência. Embargos monitórios rejeitados. Recurso não provido, com majoração da verba honorária.

Os embargos de declaração foram rejeitados com aplicação de multa (e-STJ, fls. 375/378).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 360, I, do Código Civil e 6º do Código de Defesa do Consumidor, ao alegar cerceamento de defesa quando do julgamento antecipado.

Aduz ser indevida a cobrança da dívida ante a renegociação do contrato.

Suscita dissídio jurisprudencial.

Requer aplicação de efeito suspensivo.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente, em relação à pretensão de efeito suspensivo, os agravantes não demonstraram a excepcionalidade necessária para a sua concessão, o que inviabiliza o pedido. Nesses termos:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA - PRETENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA INDEFERINDO O PEDIDO, DIANTE DA AUSÊNCIA DO NECESSÁRIO *FUMUS BONI IURIS*. INSURGÊNCIA DOS REQUERENTES.

1. A atribuição de efeito suspensivo aos recursos extraordinários reveste-se de caráter excepcional, justificando-se apenas diante da presença de elementos que demonstrem a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (CPC/15, arts. 300, 995 e 1.029, § 5º, I).

2. Na hipótese dos autos, não se evidenciou a configuração do *fumus*

boni iuris, pois, em sede de cognição sumária, infere-se ausente a plausibilidade de êxito do agravo em recurso especial, o qual, em tese, viola o princípio da dialeticidade, bem assim do próprio apelo extremo, porquanto, perfunctoriamente, verifica-se inócurrenre o necessário prequestionamento dos dispositivos apontados como malferidos.

3. Em atenção ao princípio da unirrecorribilidade recursal, é vedada a interposição de mais de um recurso a fim de impugnar o mesmo *decisum*.

4. Agravo interno de fls. 209-216, e-STJ, desprovido e agravo interno de fls. 221-239, e-STJ, não conhecido. (AgInt no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 996 - CE, QUARTA TURMA, Relator Ministro MARCO BUZZI, DJe de 27.11.2017)

Quanto ao alegado cerceamento de defesa, é imprescindível destacar que cabe ao magistrado, como destinatário final da prova e em respeito aos limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ENGENHEIRO E DA EMPRESA CONTRATADA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I - Examinados suficientemente todos os pontos controvertidos, não há falar-se em negativa de prestação jurisdicional.

II – Se, diante da prova dos autos, as instâncias ordinárias concluem pela culpa do agravante e pelo nexo de causalidade, entender diversamente esbarra na Súmula/STJ.

III - O Juiz é o destinatário da prova e a ele cabe decidir sobre o necessário à formação do próprio convencimento. Assim, a apuração da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide e/ou o indeferimento de prova oral demanda reexame provas, providência vedada em sede de recurso especial. Agravo regimental improvido". (AgRg no Ag 771.335/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 4.9.2008, DJe 23.9.2008)

A instância ordinária concluiu pela desnecessidade da produção de outras provas, fundamentando nos seguintes termos (fls. 251/252, e-STJ):

O cerceamento se dá somente quando prova pertinente e relevante é indevidamente dispensada. E no caso não aconteceu isso. Ao contrário, **os elementos dos autos eram suficientes para esclarecimento das questões postas, portanto autorizando a antecipação do julgamento, com dispensa de outras provas** (art. 370, § único, do NCPC).

Neste sentido, aliás, já decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça: "Constantes dos autos elementos de prova documental suficientes para formar o convencimento do julgador, incorre cerceamento de defesa se julgada antecipadamente a controvérsia" (AgRg no Ag nº 14.952-DF, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO, J. 4.12.91, DJU 3.2.92, p. 472).

Em específico, nem cabia falar em perícia genérica, tal como se esta pudesse ser espécie de "auditoria" para verificação de alguma irregularidade nas relações entre as partes. Objeto da prova deve ser uma alegação pormenorizada e precisa da parte que pretende sua realização, não cabendo à Justiça procurar algo que não foi apontado de forma específica pelas partes. (sem destaques no original)

Assim, desconstituir as conclusões a que chegou o Tribunal revisor seria impossível sem a revisão do conteúdo fático dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos do enunciado 7 da Súmula do STJ.

Em outro prisma, o Tribunal local consignou não ter havido prova de quitação do acordo quando da alegada renegociação do contrato para pagamento extrajudicial, senão vejamos (e-STJ, fls. 254/255):

Aqui, como se vê, o banco credor ingressou com a presente ação monitória com fundamento no contrato de abertura de crédito em conta corrente conta garantida nº 595.600.26, realizado em 27.03.2013, com limite de R\$ 210.000,00, juros de 1,40% ao mês e vencimento em 01.07.2013 (fls. 30/40).

Não obstante os réus alegarem que realizaram compromisso de pagamento extrajudicial em 30.03.2017, em que foi incluído o contrato nº 595.600.26 (fls. 89/91), não houve efetiva prova de quitação do acordo.

Apesar de a parte ter juntado os comprovantes de fls. 111/112, não há como ignorar que os pagamentos referem-se apenas as parcelas

com vencimentos em 13.04.2017 e 24.05.2017, que, por óbvio, não representa quitação da totalidade da dívida, cujo vencimento da última prestação estava previsto para o dia 13.03.2022.

Em vista disso, a modificação do citado entendimento seria impossível sem a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável no âmbito do recurso especial, em razão do teor da Súmula n. 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA - AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT). IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ARTIGO 485, VII, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/1973 - EQUIVALENTE AO ARTIGO 966, VII, DO NOVO CPC - ALEGAÇÃO DE "DOCUMENTO NOVO" DESCABIMENTO. SÚM. 7/STJ. 1. Rever a conclusão do Tribunal de origem no tocante a ausência de fundamentação e valoração quanto às questões levantadas pela agravante - a ausência de fundamentação e valoração quanto às questões levantadas pela agravante - que no bojo da decisão sequer houve o enfrentamento acerca da validade ou não do comprovante de pagamento realizado no âmbito administrativo. demandaria reexame de provas, o que é vedado nos termos da Súmula 7/STJ. 2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.044.192/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10.10.2017, DJe 16.10.2017).

Por fim, cumpre destacar que a aplicação do óbice descrito na Súm.7/STJ prejudica o exame do dissídio jurisprudencial. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Execução de título extrajudicial.
2. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à inexistência de outros bens passíveis de constrição, bem como no que

tange ao preenchimento dos requisitos necessários à determinação de penhora sobre faturamento, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

4. A incidência da Súmula 7 desta Corte, acerca do tema que se supõe divergente, também impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes do STJ.

5. Agravo não provido.

(AgInt no AREsp 887.748/RS, Rel. Ministro NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21.8.2018, DJe 23.8.2018)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo e os benefícios da gratuidade judiciária concedida.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora